

Lino Geraldo Resende

A CENSURA CONTRA A CIDADANIA



Lino Geraldo Resende

A CENSURA
CONTRA A CIDADANIA

Lino Geraldo Resende escreveu este ensaio como parte do desenvolvimento de sua Dissertação de Mestrado no Mestrado em História Política da Universidade Federal do Espírito Santo. O texto foi publicado pela revista a'angaba, número 02 de dezembro de 2008.

É formado em Letras, Comunicação e Direito. Especialista em Comunicação, pela Faculdade Cândido Mendes, e Mestre em História Política, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Edição:



Comum Editora

*Rua Luiza Grinalda, 550, Sl. 204, Centro, Vila Velha, ES,
CEP 29100-080 - Tel: (27) 3063-7025*

www.comum.net.br

Copyright © 2011 - Lino Geraldo Resende

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Vila Velha, ES, 2013

“Se a liberdade significa alguma coisa, será, sobretudo, o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir”.

George Orwell

Autor de um clássico que fala na manipulação das opiniões, de forma a tornar aceitável um regime que tudo controla, através de sua onipresença, George Orwell nos dá em 1984, ficção futurista para a época em que foi escrita, uma visão de a quanto pode chegar um governo para controlar os seus cidadãos.

O romance, que nos remete a um clima e a um regime opressivos, é pessimista e talvez decorra desse pessimismo a afirmação de Orwell em epígrafe que, retirada de um contexto e trazida para o Brasil pode nos permitir avaliar o controle que sucessivos governos tentaram fazer da opinião pública mediante o controle da informação, exercido através da censura – empresarial, econômica e política.

O que sempre ocorreu, como atestam inúmeros episódios ao longo de nossa história, é que o poder não quer ouvir verdades – ou pelo menos não deseja que elas sejam divulgadas, ditas à população. Com isso, evitam a

manifestação da cidadania, que se dá, em primeiro lugar, mediante o conhecimento da realidade do país e do que nele acontece. A informação, neste caso, é imprescindível para que a ágora – o espaço de manifestação dos cidadãos – exista.

É com o objetivo de controlar a opinião pública, fazendo com que a população tenha conhecimento só daquilo que interessa ao poder que age a censura. O Brasil tem uma longa tradição de censura, que pode ser encarada como permanência, já que se fez presente mesmo antes de o país tornar-se independente. Aliás, pode-se dizer que os momentos de liberdade é que são exceção ao longo de nossa história. Há momentos, como após o golpe cívico-militar de 1964, em que ela foi exarcebada e objetivou, inclusive, a conquista dos corações e mentes dos brasileiros, o que autores como Carlos Fico admitem que conseguiu, pelo menos em parte.

A censura, no caso do Brasil, sempre foi abrangente. Não atingiu só a imprensa, sendo bem mais ampla e abarcando as artes, os espetáculos, os livros, o cinema, o teatro, a música, etc., no início da construção do país e, mais tarde, quando dos períodos autoritários vividos. Legal e institucionalizada, no que se refere à questão moral, a censura política, seja na mídia, seja fora dela, foi sempre uma presença ao longo da história do país.

No que se refere ao período do regime cívico-militar, que é o foco deste trabalho, foi ilegal – no sentido de não ser amparada formalmente em uma lei – desde o início, agiu de forma coordenada e contou, no caso específico da mídia, responsável pela formação da opinião pública me-

diante a disseminação da informação, com a colaboração dos empresários e, em muitos casos e em muitas ocasiões, com de jornalistas.

Se ao longo da nossa história a censura sempre buscou o controle da informação e, com isso, impediu o pleno exercício da cidadania, durante os 20 anos em que os militares estiveram à frente de mais um regime autoritário por que o Brasil passou, esta questão foi posta em primeiro plano e ganhou um contorno estratégico, já que o regime buscava se tornar hegemônico e se legitimar, tentando criar um novo imaginário social, que Carlos Fico chama, apropriadamente, de utopia autoritária.

Se os controles calaram a mídia tradicional, a censura foi fundamental para o aparecimento, no Brasil, da chamada imprensa alternativa, como muito bem lembra Thomas Skidmore. E acabou, também, dando impulso a uma série de movimentos sociais que passaram a agir longe dos olhos do público, mas com um trabalho efetivo de conscientização, o que levou, mais tarde, às manifestações em favor da redemocratização e acabou forçando, primeiro, a abertura do regime e, depois, sua queda, como mostra a ampla literatura sobre esse quesito.

E é por isso, como forma de entender o contexto da construção da hegemonia e da busca de legitimidade pelo regime, que se torna necessário dar um panorama da censura, mostrando como é que ela agia e os mecanismos que usou para conseguir a adesão de empresas de mídia – rádio, jornal e televisão – e de profissionais – jornalistas e não jornalistas - que se alinharam ao regime, ajudando-o a disseminar sua ideologia. Antes, porém, é preciso

um breve resumo histórico da evolução da censura, que começou, no caso brasileiro, ainda quando colônia, já que foi recorrente em Portugal.

ANTES DO BRASIL

Se olharmos a evolução da imprensa, desde a invenção do tipo móvel por Gutenberg, veremos que, diante da possibilidade de expansão do mercado de livro e, com ele, da informação, havia desde o início a preocupação com o controle da informação. A primeira ação nesse sentido foi da Igreja Católica que, no concílio de Latrão, em 1512, instituiu a censura religiosa. Criava-se, assim, o *imprimatur*, autorização religiosa obrigatória para todas as obras publicadas a partir de então. E é na esteira da censura religiosa que nasce, em Portugal, em 1537 a censura política por um ato de Dom João III. Tal como no caso do Concílio de Latrão, a censura portuguesa tinha, também, cunho religioso e estava subordinada à Igreja Católica.

A existência da censura foi a norma em Portugal, não a exceção, mas houve épocas em que era mais rígida, como sob a gestão do Marquês de Pombal. Com sua queda, houve um arrefecimento dela que, logo depois, foi corrigido, com a instituição da tríplice censura: pontifícia, feita pelo Santo Ofício (Inquisição); episcopal, sob a responsabilidade dos bispos portugueses, e real, exercida por organismo criado pela Coroa. É sob a égide da tripla censura que chegam ao Brasil os primeiros prelos de impressão. O primeiro deles foi instalado em 1706 em

Recife pelos holandeses, mas não chegou a funcionar. A segunda tentativa é de 1746, no Rio de Janeiro. No caso brasileiro, conforme observa Costella, a censura nasceu antes de qualquer impresso, sendo recorrente daí em diante.

Este panorama, de acordo com José Marques de Mello, estudioso da questão da comunicação no Brasil, não era exclusivo de Portugal, já que a censura era a tônica em toda a Europa, baseada em uma diretriz da Igreja Católica. A propósito, é ainda Marques de Mello quem nos mostra que a imprensa chegou tardiamente ao Brasil. Se comparado, por exemplo, com a Europa ou América Espanhola, o intervalo é muito maior. Na África, por exemplo, o primeiro prelo chegou em 1490 e, na América Espanhola, em 1533, no México. Com a proibição de se trazer prelos para o Brasil e disseminar as informações, o controle ficava mais fácil. Desde então está claro que um dos objetivos da censura é o controle da cidadania, que necessita, para o seu exercício de informação e de liberdade de expressão.

Até a chegada da família real ao Brasil, no início do século XIX, o mercado brasileiro de livros – o meio mais comum de disseminação da informação e do conhecimento – era e foi sobre ele que a censura atuou, conforme relato de Luiz Carlos Villalta, o que é reforçado por Ana Luiza Martins. Ao lado da censura, observam os autores, havia toda uma engenhosidade dos leitores para se livrarem dela e, com isso, conseguirem obter os livros que eram proibidos pelo índice português. Tal como ocorreria muito mais tarde, com a chama imprensa alternativa, leitores sempre buscavam meios de burlar o silêncio que o

Governo queria lhes impor.

Se a imprensa chegou tardiamente ao Brasil, o que dizer dos jornais? Tal como em relação aos prelos e à impressão, os jornais chegaram ainda mais tarde ao país. O primeiro jornal brasileiro não foi editado no país, mas em Londres. Tratava-se do *Correio Braziliense*, que defendia a independência brasileira e, por isso mesmo, era proibido pela Coroa portuguesa. Logo depois, nascia a *Gazeta do Rio de Janeiro*, mandada fundar por Dom João VI, que poucos meses antes havia chegado ao Brasil, fugindo de Portugal, e trazido, em sua bagagem, a *Imprensa Régia*, isto é, impressoras que foram instaladas no Rio de Janeiro para servir à Corte Imperial. O primeiro jornal efetivamente brasileiro, como mostra a história, nasceu oficial, para divulgar somente o que o Governo queria e permitia. Ana Luiza Martins ressalta que “(...) cabe insistir na constância do controle da ação e das mentes na história do país, que nasceu e viveu sob o signo da censura, dadas as características de sua formação colonial. (...) É importante dizer que essa ingerência não foi só da censura política, desde sempre muito forte, mas decorreu também da censura moral, de usos e costumes e de uma outra, mais forte ainda, posto que subliminar, imposta pelo curso da economia capitalista: a censura proveniente do mercado, o crivo determinado pelos interesses sobre idéias e produtos que, independente de seus conteúdos perniciosos e tendenciosos, são postos em circulação e divulgação porque rendem, geram lucros pecuniários e garantem o consumo”.

O que se vê, conforme relato de Ana Luiza Martins, não é muito diferente do que iria ocorrer anos mais tarde,

com a ascensão dos militares ao poder. De qualquer modo, foi sob o clima de censura cerrada e de controle de opinião que os jornais chegaram ao Brasil, que havia deixado de ser colônia para juntar-se a Portugal como império. Em relação ao atraso do país na implantação da imprensa deve-se considerar que “a falta de vontade política e o controle da censura não seriam os únicos responsáveis pela instalação tardia da imprensa, mas também o caráter mercantil capitalista da atividade, inviável no país de analfabetos e escravocrata, sem consumidores”, explica Ana Luiza Martins. Era a prevalência dos controles oficiais sobre a mídia, com o objetivo de divulgar somente o que ao Governo interessava, impedindo-se o cidadão de tomar conhecimento do que ocorria e, com isso, inibindo o exercício da cidadania.

A permanência da censura se dá, também, após a independência do Brasil. Nos dois reinados, ela foi uma constante, agora, no entanto, já voltada, também, para o controle dos jornais, que começavam a se expandir no país. A situação se repete, mais tarde, com a República. Pouco mais de um mês após sua proclamação, o Governo baixou um decreto instituindo a censura. Essa recorrência leva Ana Luiza Martins a afirmar: “Importa insistir na permanência da censura durante a nossa história, sobretudo no âmbito da história do pensamento e das idéias, por vezes dissimulada, mas sempre presente no país que conheceu tarde os prelos, a alfabetização e a cidadania”.

Foi sob o signo da permanência que entramos no século XX e vimos o nascimento do Estado Novo, uma exarcebção do autoritarismo sempre presente no pensamento político nacional, e com intenção explícita de

controlar corações e mentes dos brasileiros. Ao estudar o período, Maria Luiza Tucci Carneiro chama a atenção para a força da palavra e como consequência de os ocupantes do poder saberem desse poder, querem controlá-lo, daí a censura que, no caso do Estado Novo, “tanto o DIP como o Deops – órgãos de repressão do governo varguista – funcionaram como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo; verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando os fatos e construindo falsas realidades”. Tomando-se como base a afirmação de Tucci Carneiro, vê-se que, neste contexto, o exercício da cidadania era muito difícil pois, afinal, ela decorre da liberdade, sobretudo da liberdade de informação e da livre circulação de idéias. O contexto de Tucci Carneiro é outro, mas se aplica, com maestria, à ação da censura durante o regime cívico-militar.

Ao comentar a ação do regime de Vargas em relação à censura, Antonio Costella observa que uma das medidas tomadas pelo governo foi a obrigatoriedade de registro dos jornais, revistas, editoras e dos próprios jornalistas, o que possibilitava “controlar o surgimento de periódicos” permitindo que o Estado inviabilizasse quem não estivesse com ele comprometido. O controle se ampliava no rádio e na televisão, concessões do poder público, que poderiam ser cassadas em caso de não atendimento ao que o Governo pretendia.

Com a derrubada do Estado Novo o Brasil viveu um breve período democrático e, nele, os controles foram amainados, ficando mais do lado da censura moral, institucionalizada e reconhecida por todos. Os jornais – e os meios de comunicação em geral – tiveram liberdade

para noticiar e formar opiniões, seguindo, no entanto, a linha liberal, primeiro, e neoliberal, depois, e trabalhando, como ocorre ainda hoje, como empresas que, em primeiro lugar, visavam ao lucro. Um exemplo desta postura é O Estado de S. Paulo, como mostra Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado.

Foram os jornais, senão todos pelo menos a maioria, que se alinharam para criticar o governo de João Goulart e oferecer apoio ao movimento que pedia sua retirada do poder. Com o golpe de 64, apoiado pela maior parte da mídia, Goulart saiu e os militares entraram. Começava, então, mais um período negro da censura. Começou, também, toda uma orquestração para impor ao país uma política e uma postura que os militares achavam corretas, cujas idéias eram decorrentes de formulações da Escola Superior de Guerra, em primeiro lugar, com a criação da Doutrina da Segurança Nacional e, mais tarde, do complexo IPES-IBAD que, conforme afirma Dreifuss, foi o principal centro de pensamento e articulação do golpe que derrubou Goulart.

A questão da censura durante os 20 anos do regime autoritário está bem coberta pela literatura histórica e há, sobre ela, uma gama de abordagem. O que os vários autores deixam presente é a combinação da censura com outras ações governamentais, todas no sentido de passar à população uma realidade, senão risonha, pelo menos cor de rosa, longe dos problemas efetivos que o país vivia e, como consequência, impedir o pleno exercício da cidadania, que se manifesta, primariamente, pelo poder de crítica. É inegável, como admite Daniel Aarão Reis, que houve crescimento econômico e, dele, muitos se benefi-

ciaram. Também é inegável que o regime contava com apoiadores nos mais variados segmentos da sociedade. Mas existe, ainda, outra questão inegável, a da atuação da censura como uma política do Estado, impedindo a disseminação de informação com o principal objetivo de controlar corações e mentes e, com isso, amortecer a manifestação de cidadania, que poderia gerar problemas para o Governo.

CENSURA COMO POLÍTICA DO ESTADO

Um dos autores a abordar a questão multifacetada da censura e o fato de ela ser uma política do Estado é Carlos Fico, destacando que “a censura política à imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo”. Junto com os outros dispositivos do governo militar – repressão política, repressão policial e controle social – a censura era “indispensável à “utopia autoritária” dos radicais vitoriosos em 1964”. É Fico, ainda, quem chama a atenção para o fato de a censura moral ser institucionalizada – e aceita pela população. No caso da censura política, é diferente. O DCDP, órgão encarregado da censura moral e de costumes, também fazia censura política, mas de maneira envergonhada, já que não considerava esta a sua função.

As afirmações de Carlos Fico vão ao encontro do estudo feito por Ane-Marie Smith, que constatou, dentre outras, duas coisas: a primeira, que havia uma política de Estado em relação à censura e, a segunda, que houve, no caso da censura à imprensa, a colaboração dos patrões, que a aceitaram, colaborando com o poder. No caso da política de Estado, Smith demonstrou que havia uma articulação do governo para impor o silêncio à mídia e que, com este mister, criaram-se mecanismos que funcionaram, e bem, por serem impessoais e a mídia não saber,

exatamente, de onde vinha a censura, a não ser que era patrocinada pelo governo. Com a situação maquiada pela desinformação, ficava mais difícil o exercício da cidadania, já que a mídia reproduzia o lado bom do país, não suas mazelas e problemas, capazes de gerar crítica ao Governo e ao regime.

O que Anne-Marie Smith considera é que “o regime acreditava que uma imprensa fidedigna seria um instrumento importante para garantir o êxito do seu empenho em legitimar-se. Alguém precisava proclamar as conquistas do regime (...) e a imprensa poderia ser um forte aliado para a disseminação dessa informação (embora, ao mesmo tempo, uma ameaça se ela se pusesse a questionar ou criticar os custos sociais dessas realizações”.

Em busca de legitimação o governo, para obtê-la, passou a controlar a imprensa, silenciando-a e às críticas ao regime, uma questão muito bem estudada por Beatriz Kushnir. Um primeiro ponto que Kushnir observa é a institucionalização da censura a partir do Governo Médici, que tomou por base um dos instrumentos excepcionais que tinha à mão, o AI 5. Ela vê a base da censura política aos jornais, em particular, e à mídia, no geral, no decreto lei 1077, de 1970, que teria autorizado o Governo a exercer este tipo de atividade. O entendimento de Kushnir, no entanto, é contestado por Anne Smith e por Carlos Fico. Os dois dizem que o decreto regulava a censura aos espetáculos e diversões, não à imprensa, daí tratarem a censura como ilegal. O trabalho de Smith é anterior ao de Kushnir e o de Fico, posterior.

A discussão sobre a base legal da censura não cabe

neste estudo, por não ser o seu objetivo, tendo apenas o caráter informativo da existência do problema e de sua discussão na historiografia brasileira. O que fica patente, no entanto, tome-se o ponto de vista de Kushnir, de Smith ou de Fico é que a censura foi, sim, uma política do Estado e seu objetivo era silenciar a mídia, sobretudo no seu potencial de crítica ao regime. Veja-se o que nos diz Kushnir: “Ao apontar um árbitro, o ministro da Justiça no 1077-70 parece iluminar uma instância superior reguladora de qualquer desmando, um locus apaziguador que impedisse o descalabro. Talvez essa não seja a melhor leitura. Creio que, no fundo, o que o decreto esclarece é que quem dita as regras da censura é o ministro da Justiça. Portanto censura é uma questão de Estado, com atuação política na execução das medidas”.

Ao comentar toda a articulação estabelecida pela censura, com o comando central do ministro da Justiça, o que é reforçado com a leitura feita nos arquivos do presidente Geisel, relatada por Maria Celina D’Araújo, Beatriz Kushnir acaba com o argumento de não ter havido uma orquestração da censura, que atuava junto à imprensa, às artes e espetáculos. “Isso permite a reflexão de que a censura jamais foi caótica e que os censores tinham conhecimento e voz de comando acerca da direção a tomar”, afirma.

É devido a esta articulação que Beatriz Kushnir considera que “as transformações por que passou a censura no pós-1968 compunham uma estratégia maior que visava (...) calar notícias e informações e centralizar as atividades censórias no intuito de forjar uma imagem do governo e de ganhar adesões”. Volta-se, portanto, a questão da

busca de legitimidade, que levou o governo a buscar uma posição hegemônica, “vendendo” à sociedade os seus princípios e apresentando-os como se fosse dela, sociedade. Ao mesmo tempo, configura-se o temor à crítica e à manifestação da cidadania que, como já dito antes, se exerce, principalmente, através da crítica e da liberdade de manifestação e de imprensa. Nenhuma destas era permitida pelo regime.

A questão do centro da censura pode ser visto, também, no estudo de Maria Aparecida de Aquino sobre os jornais O Estado de São Paulo e Movimento, que receberam censura prévia durante um bom tempo. No caso do Estadão, um censor ficava dentro do jornal, mas reportava-se a Brasília. No caso do Movimento, a censura era feita na Polícia Federal, na Capital Federal. É dela a afirmação:

“Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida. Afinal, nada pode ser mais “subversivo” do que enxergar a si próprio!”.

O levantamento de Aquino prova, com números, que a censura tinha um sentido e se preocupava mais com alguns assuntos que outros, embora tenha sido mais rigorosa com Movimento, um integrante da chamada imprensa alternativa, do que com O Estado de São Paulo, jornal tradicional e que havia apoiado o movimento civil-militar que acabou depondo o presidente João Goulart, mas que tinha se transformado em um crítico do Governo. O jor-

nal foi, também, um dos poucos a não se impor a censura prévia. O que a literatura histórica mostra, tomando-se os trabalhos de Fico, Kushnir, Smith e Aquino, é que havia uma articulação da censura e um centro para ela, configurando-se, com isso, a existência de uma política do Estado no seu exercício. Podia até haver gradações, como no caso dos jornais tradicionais e nos alternativos, mas a censura à imprensa, que era política, não foi realizada ao acaso. Tinha o propósito claro de silenciar críticas e, com isso, insere-se na busca de legitimação do regime e, também, objetivava impedir o exercício da cidadania, que exige liberdade de crítica e de manifestação.

Este, no entanto, não é o único lado do exercício da censura e do controle da cidadania. Existe um outro e, nele, os empresários donos de rádios, televisões e jornais representam o papel principal, pois por interesse, a maioria, e por pressão, alguns, acabaram colaborando com o regime e ajudando-o na busca de um novo imaginário e na sua tentativa de forjar uma nova ideologia, a utopia autoritária, e de se legitimar.

A COLABORAÇÃO DOS PATRÕES

Quando Daniel Aarão Reis fala em apoio de segmentos da sociedade civil ao regime, não está se referindo, diretamente, aos empresários da comunicação. Mas, neste caso, a afirmativa se encaixa com perfeição. Basta, para comprová-lo uma olhada no arquivo deixado pelo penúltimo dos presidentes militares que o Brasil teve, o general Ernesto Geisel. Ao estudar o arquivo do Ministério da Justiça, Maria Celina D’Araújo²⁸ mostra as articulações feitas pelo ministro Armando Falcão junto aos empresários da mídia para conseguir direcionar o noticiário no sentido que o governo desejava, de evitar críticas e controlar as manifestações de cidadania. Explicitamente, está citado o empresário Roberto Marinho, dono da poderosa Rede Globo, citado como colaborador do regime.

Esta questão já havia sido abordada antes por Anne-Marie Smith, que chegou ao Brasil para estudar a questão da censura com a vantagem de não ter tido um envolvimento direto com ela, o que lhe deu uma visão diferenciada do problema. É dela, por sinal, a afirmação categórica de que “a grande imprensa quase nunca foi censurada formalmente; em vez disso havia um acordo de cavalheiros – ou assim alegavam as “autoridades constituídas”. É nesse

sentido, de acordo de cavalheiros, que ela vê a questão da autocensura, personalizada pelos “bilhetinhos” que eram entregues às redações com a recomendação dos assuntos que não deveriam ser publicados. O que havia, mostra o estudo, é a colaboração dos empresários com o Governo no sentido de desinformar e, com isso, evitar o exercício da cidadania.

A crítica de Smith é de não ter havido, por parte dos empresários de comunicação, uma reação à censura, con-substanciada, neste caso, na chamada autocensura, o que permitia, inclusive, ao governo negar a sua existência. Se nos foros internacionais o assunto era debatido, no Brasil, havia sobre ele um grande silêncio, até porque dizer que havia censura no país era um dos assuntos censurados. Demonstrando mais claramente a posição dos jornais, Beatriz Kushnir relata a situação da Folha de São Paulo e o depoimento que lhe deu o editor de então, jornalista Boris Casoy. A direção da empresa optou por fazer o jogo do governo militar, recebendo as instruções do DPF acerca do que publicar.

Outro depoimento confirmatório do alinhamento dos padrões vem do jornalista Alberto Dines, então dirigindo o Jornal do Brasil. De acordo com Kushnir, Dines afirmou, a propósito dos 10 anos do AI 5 em 1978: (...) a direção me convocou para receber instruções. O Jornal do Brasil não pretendia opor-se a eles, causar qualquer problema. Então pediu licença à direção – longe dos censores evidentemente – para me conceder o direito de que pelo menos nesta primeira edição do Jornal do Brasil sob censura fosse registrada nossa resistência”. Efetivamente, no dia seguinte o Jornal do Brasil registrava, na previsão do

tempo, que nuvens negras se aproximavam do país. Foi, mais, uma ação simbólica dos jornalistas.

No caso dos patrões, uma olhada nos arquivos do general Geisel é bem esclarecedor. Ao relatar a questão da censura decorrente da atuação do ministro Armando Falcão, Maria Celina D’Araújo afirma: “A censura ficaria toda centralizada no Ministério da Justiça, que faria reuniões secretas com os ministros militares e o SNI. Essas decisões foram aprovadas por Geisel. Ruy Mesquita, de acordo com o relato do ministro, não aceitava a censura, autocensura ou censor. Falcão acabou trocando o censor de O Estado de São Paulo por um “melhor e mais bem pago”, como compensação pelas barganhas de Mesquita. Enquanto isso, Roberto Marinho se prontificava a articular reunião com empresários para elogiar a política econômica do governo”.

Evidenciava-se, assim, não só o apoio dos empresários de comunicação – com raras exceções – ao regime militar, mas a própria ação do governo no sentido de buscar este apoio, inclusive por meio de pressões, o que foi feito, por exemplo, com o Jornal do Brasil, pelo próprio Armando Falcão, que reclamou das críticas injustas feitas pelo jornal ao regime, o que foi feito em encontro com um dos proprietários do jornal, Nascimento Brito, que, antes, já havia se reunido com o ministro do Exército com a mesma finalidade.

Além da censura, o governo tinha outros meios de se impor às empresas de comunicação e, talvez aí esteja o verdadeiro sentido da colaboração. Um desses meios era o financeiro. Ao analisar a questão no seu trabalho, Anne-

Marie Smith observa que considerando as baixas tiragens dos jornais brasileiros, as receitas vinham mais da publicidade que da venda dos exemplares. O padrão internacional era de 50% das receitas vinham da venda dos exemplares e os outros 50% de publicidade. No caso brasileiro, a publicidade era responsável por dois terços da receita das empresas jornalística e, em alguns casos, chegava próximo a 80% de todo o faturamento. Com isso, as empresas ficavam vulneráveis à ação do Governo e seu braço longo, colaborando, mesmo que obrigadas, para o controle da cidadania mediante o exercício da censura.

A estrutura de receita dos jornais os deixava dependente dos grandes anunciantes e vulneráveis à pressão do governo. “O que mais interessa no caso do Brasil foi o extraordinário peso da publicidade oficial na geração da receita dos jornais, a qual foi estimada em 15 a 30% da receita de muitos jornais importantes”, afirma Smith. Dessa forma, o governo podia exercer pressão sobre as empresas, ameaçando-as com a retirada de publicidade. Podia, inclusive, agir no sentido de retirar a publicidade privada, já que as empresas privadas também dependiam do governo.

Ainda sobre a pressão contra empresas, é esclarecedor ver o que afirma Smith ao abordar a questão, relacionando-a com as empresas jornalísticas ou de mídia. Segundo ela, “tendo em vista a extensa atuação do Estado brasileiro nas empresas de todo tipo, inclusive jornalísticas, havia amplas oportunidades para a interferência do Estado nas finanças da imprensa: suspender a publicidade, negar empréstimos pelos bancos oficiais, recusar licença de importação de equipamentos ou papel de imprensa ou confisco

de tiragens”. Estabelecia-se, assim, um ferrenho controle da informação, o que vinha ao encontro do desejo do regime, de mostrar somente o “lado bom” do país e, com isso, influenciando no exercício da crítica e da cidadania.

Havia, ainda, um outro fator a considerar e que envolve, novamente, o governo, que é a expansão das comunicações no Brasil, com a ampliação das estações de rádio e televisão, ambas as concessões do poder público. Como muitos dos grupos de mídia tinham interesse em concessões de rádio e televisão, o governo podia agir no sentido de obter a adesão dos empresários para a sua política e, dentre elas, estava a autocensura. Uma visão de como isso acontecia é dado pelos arquivos relativos ao Ministério da Comunicação no governo do general Geisel. O ministro Euclides Quandt de Oliveira, de acordo com estudo feito por Alzira Alves de Abreu, tinha como política “prestigiara os governadores dos estados”, o que significava, no final, a concessão de canais aos grupos que estivessem alinhados ao regime, o que não era diferente para as empresas de mídia que queriam expandir sua atuação para a área de rádio e televisão.

Censura, de um lado, controle, do outro, e o aceno com a possibilidade de ampliação do negócio, o que para muitos aconteceu, fazia com que os empresários de comunicação se alinhassem ao governo e, com isso, ajudassem a reproduzir a ideologia dominante. Com o apoio – espontâneo ou forçado – da mídia o governo, ao mesmo tempo em que mascarava a realidade do país, se apresentava como o “salvador da pátria” e fazendo o que, mais adiante, iria beneficiar toda sociedade. O bloco de poder agia, neste sentido, para se tornar dominante e implantar sua

ideologia, consolidando uma hegemonia sobre a sociedade brasileira, o que era feito, também, mediante a negação da cidadania, já que o espaço para a discussão, para a manifestação de idéias e de crítica era nenhum.

Com a censura – oficial ou oficiosa –, as concessões públicas de rádio e televisões, o volume de publicidade e, ainda, podendo usar a pressão econômica contra quem a ele não se alinhasse, o governo conseguia o controle da informação, divulgando o que queria e como queria. Com isso, evitava, de um lado, e diminuía, de outro, as críticas. Ao mesmo tempo controla o exercício da cidadania mediante a imposição do silêncio àqueles que, de alguma forma, discordavam do governo e de suas políticas.

UMA QUESTÃO DELICADA

Há, ainda em relação à censura e, como conseqüência, o controle da cidadania, uma última questão e ela envolve os jornalistas. Este é um tema delicado, pelo menos do ponto de vista dos próprios jornalistas. Trata-se do apoio recebido pelo regime militar de jornalistas, alguns em posição de mando dentro das redações. Por ser assim, não existem muitos trabalhos sobre o assunto e quando se fala da censura, de um modo geral, o que aparece é a resistência dos jornalistas a ela, que foi real, mas que não envolveu todos os profissionais, como muito bem assinala Beatriz Kushnir.

Anne-Maria Smith ao comentar o alinhamento dos patrões ao regime vai um pouco além e afirma: “Ao fazer o jogo de um regime poderoso, era possível aproveitar as vantagens de muitos negócios e oportunidades profissionais, inclusive acesso mais fácil a empréstimos bancários, licenças de transmissão, contratos de anúncio de órgãos oficiais, empregos como assessores de imprensa e acesso a notícias. Poucos jornalistas assumem tal posição quanto a si mesmos, porém muitos mais estão prontos a atribuí-la à imprensa em geral e aos donos dos jornais em particular”.

O que vemos, no final, é o fechamento de um esquema que começa na censura oficial, passa pela concordância

dos patrões e chega à colaboração dos jornalistas, tudo no sentido de falsear a realidade, divulgando somente o que o governo queria que fosse divulgado. Ao mesmo tempo, impunha-se o silêncio aos críticos do regime e evitava-se, com isso, o pleno exercício da cidadania. Quem era contra o governo ou dele discordava tinha que arranjar outro meio de se manifestar, o que acabou acontecendo no desenvolvimento dos movimentos sociais e na imprensa alternativa, que passou a exercer o papel crítico do regime cívico-militar.

É nesse sentido que agem as comunidades eclesiais de base, vinculadas à Igreja Católica, e movimentos sindicais e populares. O que eles faziam, no entanto, só veio a ser do conhecimento do grande público depois da queda da ditadura, já que não tinham espaço na mídia que se submetida à censura oficial e à não oficial, de patrões e jornalistas. Um caso emblemático de colaboração é o da Folha da Tarde, de São Paulo. Pelas observações de Kushnir, vê-se que é um caso extremado, mas ele serve para colocar luz sobre uma das questões que está a merecer maior atenção dos estudiosos, que é exatamente identificar qual papel parte dos jornalistas desempenhou durante o regime cívico militar.

Dos que estavam na oposição, na imprensa alternativa, tem-se uma boa visão, com várias obras tendo sido dedicadas à trajetória de jornais como Opinião, Movimento e Pasquim, dentre outros. Há, inclusive, o estudo indispensável de Bernardo Kucinski sobre a trajetória da imprensa alternativa. Quando à grande mídia, o que temos, com exceção de Kushnir e de algumas outras manifestações, é o silêncio.

O estudo de Beatriz Kushnir toca em uma ferida que marcou fundo o mundo dos jornalistas, obrigados a conviver, por anos a fio, com a censura, tenha sido ela exercida pelos patrões ou pelo regime. É possível que a colaboração apontada por Beatriz Kushnir tenha envolvido, também, outros jornais e jornalistas. Não há, contudo, literatura disponível que permita uma visão mais acurada do problema e, com isso, torna-se difícil ir além do que ela própria aponta. O que fica – e a afirmação decorre das questões levantadas nas reflexões de Kushnir e Smith – é a constatação que houve, dentro das redações, jornalistas que se alinharam ao regime, apoiando-o, aliás, como foi feito na própria sociedade civil, de um modo geral. Exercitavam, neste caso, o papel de controle da informação e, como consequência dela, o do controle da cidadania.

Se fica demonstrado, de modo claro, que houve, de parte da censura, uma ação de Estado cujo objetivo era o de silenciar a imprensa, fazendo com que reproduzisse o que o bloco de poder achava conveniente para o país e evitando o exercício da cidadania, resta demonstrado, também, que houve a colaboração na difusão da ideologia da “utopia autoritária” pelos empresários, donos de jornais e da mídia.

O alinhamento – e a colaboração para o controle da cidadania – pode ter se dado tanto pelo pragmatismo, que significava facilidades, maior volume de publicidade, crédito mais fácil e até possibilidade de expansão, ou por pressões do poder, que dispunha de vários instrumentos para forçar a adesão dos empresários de comunicação. Pode-se, ainda, ter acontecido pela vontade de agradar o poder, como foi o caso do empresário Sílvio Santos, con-

forme nos relata Maria Celina D'Araújo no estudo que faz dos arquivos do presidente Ernesto Geisel quando se refere ao Ministério da Justiça.

Da censura como política do Estado indo à adesão e apoio dos patrões, chegamos ao lado dos jornalistas e, como fica claro do estudo de Beatriz Kushnir, também entre eles o regime encontrou apoio. Em alguns casos, este apoio chegou à colaboração, como é o caso da Folha da Tarde, em São Paulo, e de um grupo de profissionais que nela atuava, muitos dos quais eram, também, policiais. Fecha-se, assim, o ciclo das iniciativas do bloco de poder para controlar a opinião pública, impedir críticas e impor sua ideologia à sociedade civil, como um todo, o que pode significar, também, o desejo de moldar a cidadania, fazendo dela apenas um reflexo da ideologia do poder.

Usando a repressão, a censura e valendo-se do apoio e colaboração da mídia, o bloco que controlava o poder durante o regime cívico-militar buscou, sempre, legitimar-se e construir uma nova hegemonia, o que lhes garantiria continuar no poder, senão no proscênio, exercendo-o atrás das cortinas. E queriam fazer isso mostrando um país sem problemas, onde os cidadãos eram meros coadjuvantes, conforme nos mostra Carlos Fico ao falar da publicidade oficial.

Toda discussão relativa à censura – externa, dos patrões e interna – nos remete, no final, à própria concepção do jornalismo, que está firmemente ancorado em princípios que prezam a verdade e a lealdade para com os cidadãos, o que se personifica em apuração bem feita e independência em relação às fontes, com atenção à crítica e levando-se

pela interrupção do regime autoritário. Igreja, sindicatos, associações de moradores, associações de donas de casa, associações civis como Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa, para citar apenas duas delas, encarnaram o espírito público da ágora, como a vê Baumann, e cuidaram de levantar os problemas do país, mostrando que não havia, como dizia o governo, um mar de rosas, mas que vivíamos e vivenciávamos também problemas.

Ao lado do exercício da cidadania, que foi se ampliando à medida que houve arrefecimento dos controles, despontou, do lado da política, uma outra ponta do iceberg, que foi a construção, no país, de uma nova hegemonia. Tomando-se como base o pensador italiano Antonio Gramsci podemos afirmar que a partir de uma guerra de posições, configurada, em primeiro lugar, como uma luta contra-hegemônica, buscou-se a construção de uma nova hegemonia e, nela, a ampliação do espaço da cidadania, refletido na liberdade de imprensa, de pensamento e de manifestação.

O que resta demonstrado, ao final, é que, no Brasil, desde antes de se tornar um país independente, a censura sempre funcionou como controle da cidadania, tomando desde o cunho do controle religioso ao político. O objetivo final, no entanto, era subjugar o cidadão ao poder, impedir sua manifestação e sobrepôr a ele a ideologia dominante, na maioria das vezes decorrentes de um regime autoritário, cujos líderes se viam como salvadores da pátria e os únicos capazes de saber o que era bom para o Brasil.

em consideração a relevância da informação, contribuindo para o exercício da cidadania, mediante a divulgação do que está acontecendo, seja de bom ou de mau.

São princípios que, durante o regime cívico-militar, não puderam ser exercitados, fruto do imenso aparato de controle de informação existente no país. Por tudo isso é que o general Emílio Garrastazu Médici, quando na presidência da República, dizia que gostava de assistir ao Jornal Nacional, da Rede Globo, para ver como o país ia bem e tranqüilo. Piada ou não, isso dá bem a dimensão da atuação da censura durante o regime militar e mostra a que ponto chegou o controle da cidadania no Brasil.

O que fica evidente, fazendo-se o percurso histórico de Portugal ao moderno Brasil, é que a censura, nos primeiros anos e, depois, mais adiante, sempre atuou como o objetivo de, ao evitar a disseminação de informações, controlar, também, o exercício da cidadania, normalmente associado à crítica de uma determinada situação ou posição. A esfera pública, como a entende Zygmunt Baumann, ficou restrita, nela só podendo se manifestar um lado, ao mesmo tempo em que ressalta o caráter público, pertencente à sociedade e não ao poder, que ela deve tomar.

Ressalte-se, por outro lado, - aliás, como já dito acima - que ao mesmo tempo em que o país, pelo menos em relação aos anos do regime cívico-militar, vivia sob a égide de um rígido controle de informação e, portanto, do controle da cidadania, os movimentos sociais floresciam, disseminavam um novo tipo de ação e promoviam a conscientização de amplos segmentos da sociedade, o que acabou resultando no clamor pela redemocratização do país e

O que fica evidente, também, é que a censura, desde o seu início, funcionou como impedimento ao exercício da cidadania. Ao restringir a divulgação de informações, impedir a livre circulação de idéias, bloquear manifestações e negar espaço às críticas e discussões, a censura coloca o cidadão no escuro, impedindo-o de conhecer a realidade do país, seus problemas e de discuti-los, buscando uma mudança de situação. Estas medidas foram tomadas ao longo de toda a história brasileira, como mostra a literatura sobre o assunto, mas não impediu, por outro lado, que os cidadãos achassem novos caminhos de construção da cidadania. No caso do regime cívico-militar, estes caminhos acabaram levando-o ao fim e ao retorno da democracia neoliberal.

Bibliografia

Aarão Reis, Daniel. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001.

Abreu, Alzira Alves de. As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel, in Castro, Celso e D'Araújo, Maria Celina. Dossiê Geisel. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3a edição,

Aquino, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978). São Paulo, Edusc, 1999.

Baumann, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

Berg, Creusa. Mecanismos de silêncio – Expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984), São Carlos, SP, Edufscar, 2002.

Capelato, Maria Helena e Prado, Maria Lígia. O bravo matutino – imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. O mito da conspiração judaica e as utopias de uma comunidade, in Carneiro, Maria Luiza Tucci (Org). Minorias silenciadas. São Paulo, Edusp, 2002.

Costela, Antonio F. O controle da informação no Brasil. Petrópolis, RJ, Vozes, 1970.

Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, LP&M, 1981.

D'Araújo, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição, in Castro, Celso e D'Araújo, Maria Celina (Orgs). Dossiê Geisel. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição.

Della Cava, Ralph. A igreja e a abertura 1974-1985, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Dreifuss, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.

Fico, Carlos. Além do golpe. Rio de Janeiro, Record, 2004,

Fico, Carlos. Reinventando o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

Gramsci, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, sd.

Keck, Margaret. O “novo sindicalismo” na transição brasileira, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Kovach, Bill e Rosenstiel, Tom. Elementos do jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo, Geração Editorial, 2003.

Kucinski, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). Minorias silenciadas: a história da censura no Bra-

sil. São Paulo, Edusp, 2002.

Kucinsky, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil 1964-1980. São Paulo, Edusp, 2003

Kunczik, Michael. Conceitos de jornalismo – Norte e Sul. São Paulo, Edusp, 2a Ed., 2002.

Kushnir, Beatriz. Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, 2004.

Lamounier, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Maia, Maurício. Censura, um processo de ação e reação, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002.

Mainwaring, Scott. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Martino, Luiz Mauro Sá. Mídia e poder simbólico. São Paulo, Paulus, 2003.

Martins, Ana Luiza. Sob o signo da censura, in Carneiro, Maria Luiza Tucci (Org). Minorias silenciadas. São Paulo, Edusp, 2002, p. 156

Marx, Karl. A liberdade de imprensa. Porto Alegre, LP&M, 1980.

Mathias, Suzely Kalil. *Distensão no Brasil – O projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP, Papirus, 1995.

Medina, Cremilda. *As múltiplas face da censura in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). Minorias silenciosas: história da censura no Brasil*, São Paulo, Edusp, 2002.

Melo, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973.

Motter, Maria Lourdes. *Ficção e história – Imprensa e construção da realidade*. São Paulo, Arte e Ciência, 2001.

Neves, Lúcia Maria Bastos P. *Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823)*, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002.

Novinsky, Anita. *Os regimes totalitários e a censura*, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002.

Oliveira, Eliezer R. De. *As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1976.

Reis Filho, Daniel Aarão. *Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960*, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002.

Schlesener, Anita Helena. *Revolução cultural em Gramsci*. Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

Schlesinger, Philip. *Os jornalistas e sua máquina do tempo* in Traquina, Néelson (Org). *Jornalismo: Questões*,

teorias e “estórias”. Lisboa, Vega, 2a Ed., 1999.

Schwartzman, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

Silva, Hélio. 1964: Golpe ou contragolpe?. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

Simões, Inimá Ferreira. A censura cinematográfica no Brasil, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002.

Skidmore, Thomas. A lenta via brasileira para a democratização, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Skidmore, Thomas. De Castello a Trancredo. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição.

Smith, Anne-Maria. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997.

Sodré, Nelson Werneck. História da Imprensa Brasileira. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 2a Ed., 1977, 2a edição.

Sodré. Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 2 Ed., 1977.

Stepan, Alfred (Org). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Traquina, Néilson. O poder do jornalismo. Análise de textos da Teoria do Agendamento. Coimbra, Minerva, 2000.

Traquina, Nélon. O que é jornalismo. Lisboa, Quimera, 2002.

Travancas, Isabel Siqueira. O mundo dos jornalistas. São Paulo, Summus Editorial, 1992.

Villalta, Luiz Carlos. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial, in Carneiro, Maria Luiza Tucci (Org). Minorias silenciadas. São Paulo, Edusp, 2002.



ensaios

Ideias e reflexões sobre temas da atualidade

Nº

5